



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E CONTAS
Parecer nº 41/2023 ao Projeto de Lei do Executivo nº 6/2023

A COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI/BA, através dos membros, apresenta em Plenário o parecer acerca do Projeto de Lei nº 6/2023 de autoria do PODER EXECUTIVO que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2024 do município de Araci - Estado da Bahia e dá outras providências", a partir das razões abaixo.

1. RELATÓRIO

O projeto de Lei nº 6/2023 já citado acima foi protocolado nesta Casa Legislativa sob o número 5/2023, no dia 14 de abril de 2023, lido em plenário na 8ª sessão ordinária e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final através do OFICIO-CIRC Nº 8/2023/DIREL para exame de mérito.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa sob a forma de projeto de lei ordinária, **tendo por objetivo trazer as orientações para elaboração da lei orçamentária anual, que é o “orçamento por excelência” do município. Este importante instrumento de planejamento municipal é requisito da Constituição Federal e dá base para uma gestão financeira e orçamentária responsável.**

Fundamenta-se a matéria no art. 30 incisos I e VII da Constituição Federal que reproduzimos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(destaque nosso)

Por força do princípio da simetria constitucional é responsabilidade da Câmara analisar e discutir as peças orçamentárias, enviadas pelo poder Executivo sob a forma de projeto de lei ordinária. Notadamente reproduzimos abaixo o artigo 48, inciso II da Carta da República que estabelece, em nível federal, tal obrigação:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Av. 7 de Setembro, nº 320, Centro, 48760-000

Araci - Bahia

Telefone: (75) 3261-1969 E-mail: diretoria.adm@camaraaraci.ba.gov.br



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

(...)

II - plano plurianual, **diretrizes orçamentárias**, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado; *(destaques nossos)*

Nos termos da Lei Orgânica Municipal, reforça-se a competência municipal para legislar sobre o tema no art. 17 inciso II que reproduzimos:

Art. 17 – Cabe à Câmara, com sanção do Prefeito, dispor e legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

II - plano plurianual, **diretrizes orçamentárias** e orçamento anual da administração local, bem como autorizar abertura de crédito adicional; *(destaques nossos)*

É oportuno destacar a força que tem o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas quando se está avaliando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município. O Regimento Interno desta Casa Legislativa diz que é competência principal desta comissão analisar a matéria em apreço, como se lê do artigo 40 inciso I:

Art. 40 - Compete à Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas:

I – emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre a proposta orçamentária que compreende o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual; *(destaque nosso)*

Entende-se aqui o importante papel que esta Comissão tem em elaborar parecer sobre o reajuste de servidores públicos, ao passo que o próprio Regimento Interno da Casa coloca como condição **obrigatória** para o prosseguimento dos projetos a manifestação desta Comissão. Vejamos o art. 40 § 1º do RI:

§ 1º - É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas sobre as matérias citadas neste artigo, não podendo ser submetidas à discussão e votação do Plenário sem o parecer da Comissão. *(destaque nosso)*



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

3. ANÁLISE

Diante das considerações feitas acima, vê-se que o Poder Executivo acertou no envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para esta Casa e que o fez no tempo e de maneira oportuna. Destaca-se que o projeto traz corretamente as metas fiscais e os riscos fiscais projetados para o ano de 2024 e considera possíveis contingências que possam surgir. Não há correções a serem feitas por esta comissão.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

4. VOTO

Diante do exposto acima, **opino pela aprovação e posterior prosseguimento** do Projeto de Lei nº 6/2023 de autoria do PODER EXECUTIVO que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2024 do município de Araci - Estado da Bahia e dá outras providências".

Em conclusão dos trabalhos, esse é o pronunciamento que deve submetido à consideração dos nobres pares. Sala das Comissões, Câmara Municipal de Araci. Araci/BA, 30 de maio de 2023.

Manuel Matos dos Santos – Relator



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

Parecer nº 41/2023 ao Projeto de Lei do Executivo nº 6/2023

A **Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas** opinou com o **placar unânime** pela **aprovação** e posterior prosseguimento do Projeto de Lei nº 6/2023 de autoria do PODER EXECUTIVO que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2024 do município de Araci - Estado da Bahia e dá outras providências".

Sala de Comissões, Câmara Municipal de Araci, 30 de maio de 2023.

José Mário da Conceição Júnior –
Presidente

Laerto Januir Barreto Pinho –
3º Membro